



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Conflito de Competência n. 323.829-9**

Suscitante: Juízo de Direito da 6ª Vara de Família e Registro Civil da Capital

Suscitado: Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**Ementa:** conflito de competência - partilha de bens após o divórcio - conflito entre vara de família e vara cível - competência da vara cível - extinção de condomínio de coisa comum - questão patrimonial envolvendo tão-somente o direito real das partes.

1. No caso, a discussão é sobre o juízo competente para processar e julgar ação de partilha de bens após o trânsito em julgado do divórcio dos cônjuges.
2. O conflito de competência foi estabelecido entre uma Vara Cível (Juízo suscitado) e a Vara de Família e Registro Civil que julgou a ação de divórcio pretérita (Juízo suscitante).
3. A pretensão se reveste de natureza eminentemente cível, possuindo efeitos meramente patrimoniais, não havendo que se falar em conexão ou outra forma de atração da competência da Vara de Família.
4. Esgotada a competência do Juízo de Família, ante a conclusão do divórcio e seu trânsito em julgado, a questão remanescente, extinção de condomínio de coisa comum, há de ser enfrentada com base exclusivamente no direito real de cada um dos coproprietários, sendo irrelevante o fato de terem sido cônjuges.
4. Conflito de competência conhecido para declarar o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca do Recife, Juízo suscitado, competente para processar e julgar o processo autuado sob o n. 89273-85.2013.8.17.0001.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos este conflito de competência n. 323.829-9, em que são partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores integrantes da 3ª Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em conhecer e acolher o Conflito Negativo de Competência para declarar o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca do Recife, ora suscitado, competente para julgar o feito.

Recife,

29. 8. 14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

82

**Conflito de Competência n. 323.829-9**

Suscitante: Juízo de Direito da 6ª Vara de Família e Registro Civil da Capital

Suscitado: Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da 6ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca da Capital contra o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca da Capital, envolvendo a ação de partilha posterior ao divórcio autuada sob o n. 89273-85.2013.8.17.0001.

A ação foi originalmente distribuída à 3ª Vara Cível da Comarca da Capital, cujo magistrado declinou da competência determinando a redistribuição do feito para a Vara de Família, por entender que a questão de fundo da ação restava afeta àquela vara especializada (fl. 22).

Por sua vez, o magistrado da 6ª Vara de Família e Registro Civil da Capital, para a qual foi redistribuída a ação, não vislumbrou competência da aludida vara especializada para conhecer do feito, suscitando conflito negativo de competência (fls. 02/03).

Proferi decisão designando como Juízo provisório a Vara suscitante (fl. 9).

Instado, o Ministério Público ofereceu parecer (fls. 26/28) **opinando pelo reconhecimento da competência do Juízo da 6ª Vara de Família e Registro Civil da Capital para processar e julgar o feito.**

É o breve relatório, feito fora de pauta.

Recife, 21.11.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Conflito de Competência n. 323.829-9**

Suscitante: Juízo de Direito da 6ª Vara de Família e Registro Civil da Capital

Suscitado: Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

No caso, a discussão é sobre o juízo competente para julgar ação de partilha de bens após o trânsito em julgado do divórcio dos cônjuges.

O conflito de competência foi estabelecido entre uma Vara Cível (Juízo suscitado) e a Vara de Família e Registro Civil que julgou a ação de divórcio pretérita (Juízo suscitante).

Ora, a divisão de competências das varas foi estabelecida pelo Código de Organização Judiciária de Pernambuco.

Cabe às Varas de Família e Registro Civil:

Art. 81. Compete ao Juízo de Vara de Família e Registro Civil:

I – quanto à jurisdição de família, processar e julgar:

- a) as ações de nulidade e anulação de casamento, separação judicial e divórcio, bem como as relativas a impedimentos matrimoniais e a separação de corpos;
- b) os pedidos de emancipação e suprimento de consentimento dos pais e tutores;
- c) as ações relativas às uniões estáveis e sua dissolução, bem como às relações de parentesco e de entidade familiar;
- d) as ações relativas à tutela, à curatela dos interditos e aos seus incidentes processuais;
- e) as ações relativas a direitos e deveres de cônjuges ou companheiros e de pais, tutores ou curadores para com seus filhos, tutelados ou curatelados, respectivamente;
- f) as ações de investigação de paternidade ou de maternidade, cumuladas ou não com petição de herança ou alimentos, ou com a de nulidade de testamento, e bem assim as ordinárias de reconhecimento de filiação paterna ou materna;
- g) as ações concernentes ao regime de bens entre cônjuges e companheiros, pacto antenupcial, usufruto e administração de bens de filhos menores e bem de família;
- h) as ações relativas a alimentos;
- i) as ações de adoção de maiores de dezoito anos;
- j) as ações relativas ao estado civil e à capacidade das pessoas;
- l) o pedido de autorização para venda, arrendamento e hipoteca de bens de incapazes;
- m) os pedidos de especialização de hipoteca legal.

Por sua vez, cabe às Varas Cíveis:

Art. 78. Compete ao Juízo de Vara Cível processar e julgar as ações de natureza cível, salvo as de competência de varas especializadas.

Assim, resta verificar a natureza da ação na qual foi suscitado o conflito de competência.

No caso em tela, coaduno com o entendimento esposado pelo magistrado suscitante, entendendo não haver elemento atrativo para a Vara de Família.

Explico: a presente ação visa tão-somente à desconstituição de condomínio comum havido entre antigos cônjuges, cuja ação de divórcio, processo autuado sob o n. 45930.10.2011.8.17.0001, já transitou em julgado, conforme consulta ao sítio eletrônico do TJPE.

Ora, a pretensão se reveste de natureza eminentemente cível, possuindo efeitos meramente patrimoniais, não havendo que se falar em conexão ou outra forma de atração da competência da Vara de Família. Nesse sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE BEM CUJO CONDOMÍNIO É ORIGINADO DE PARTILHA DECORRENTE DE DIVÓRCIO. COMPETÊNCIA DA VARA CÍVEL. ALIENAÇÃO DE BEM INDIVISÍVEL SE OS CONDÔMINOS NÃO TÊM CONDIÇÃO DE ADJUDICÁ-LO. **1.A ALIENAÇÃO DE BEM INDIVISÍVEL, CUJA COMUNHÃO É ORIGINADA DE AÇÃO DE DIVÓRCIO, NÃO SE EFETIVA MEDIANTE PROCESSO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA, E SIM ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO PRÓPRIO, CUJA COMPETÊNCIA É DA VARA CÍVEL (CPC, ART. 1112, IV).** 2.É LÍCITO AO CONDÔMINO EXIGIR A DIVISÃO DA COISA COMUM. SENDO O BEM IMÓVEL INDIVISÍVEL E NÃO HAVENDO CONDIÇÃO DE UM CONDÔMINO ADJUDICAR O BEM, A COISA SERÁ VENDIDA E O APURADO REPARTIDO. 3.RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJ-DF - AC: 20040810026658 DF , Relator: NÍVIO GERALDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 03/10/2005, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 24/11/2005 Pág. : 73) (original sem destaques)

E mais:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO E ALIENAÇÃO DE COISA COMUM. PRELIMINARES AFASTADAS. NECESSIDADE DE VENDA DO IMÓVEL. ART. 1.322, DO CCB. **1. Conquanto o condomínio tenha sido instituído na partilha oriunda de ação de divórcio litigioso, a competência para o julgamento da ação de extinção de condomínio é da Vara Cível Comum. Inexistência de questões afetas a direito de família.** 2. Verificado que há plena congruência entre os fatos alegados e os pedidos formulados, no que se impõe reconhecer que a peça inicial atende o disposto no art. 282 do CPC. RECURSO DESPROVIDO (Apelação Cível Nº 70057549156, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 02/12/2013) (TJ-RS - AC: 70057549156 RS , Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Data de Julgamento: 02/12/2013, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/12/2013) (original sem destaques)

Desse modo, entendo haver se esgotado a competência do Juízo de Família, ante a conclusão do divórcio e seu trânsito em julgado. A questão remanescente, extinção de condomínio de coisa comum, há de ser enfrentada com base exclusivamente no direito real de cada um dos coproprietários, sendo irrelevante o fato de terem sido cônjuges.

Ante o exposto, conheço do conflito de competência para **declarar o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca da Capital, Juízo**

**suscitado, competente** para processar e julgar o processo de n. 89273-85.2013.8.17.0001.

Considero, ainda, **válidos os atos anteriores a esta decisão nos termos do artigo 122 do CPC.**

É como voto.

Recife, 27.11.11

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador relator